



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**17/09/2015**

# INDICE

---

1. JORNAL AQUI	
1.1. DECISÕES.....	1
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. COMARCAS.....	2 - 3
2.2. VARA DA MULHER.....	4
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. SERVIDOR PÚBLICO.....	5
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. CNJ.....	6
4.2. CORREIÇÕES.....	7
4.3. DECISÕES.....	8 - 9
4.4. DESEMBARGADOR.....	10
4.5. OUVIDORIA.....	11
4.6. SINDJUS.....	12 - 13
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. CNJ.....	14
5.2. DECISÕES.....	15
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. DECISÕES.....	16
6.2. ESMAM.....	17
7. JORNAL O PROGRESSO	
7.1. OUVIDORIA.....	18
7.2. VARA CRIMINAL.....	19
8. JORNAL O QUARTO PODER	
8.1. COMARCAS.....	20 - 21
8.2. VARA DA MULHER.....	22
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. COMARCAS.....	23 - 25
9.2. DECISÕES.....	26 - 28
9.3. SINDJUS.....	29

**▷ GONÇALVES DIAS****Justiça condena ex-presidente da Câmara de Vereadores**

Francisco Leitão, ex-presidente da Câmara de Vereadores do município de Gonçalves Dias, foi condenado por improbidade administrativa pela 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que manteve sentença da Comarca de Dom Pedro.

A ação civil pública por improbidade administrativa foi proposta pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA). O presidente da Câmara teve decretada a indisponibilidade dos seus bens até a quantia de R\$ 32 mil. Francisco Leitão teria prestado contas de forma irregular ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), referente ao exercício do ano 2008.

De acordo com a ação do MPMA, houve divergência entre o saldo financeiro declarado pelo ex-gestor e o apurado pelo TCE. Também foram constatadas despesas indevidas com combustível, tarifas bancárias e alimentação, além do descumprimento dos limites constitucionais quanto ao subsídio de vereador que deveria limitar-se a 30% do subsídio do deputado estadual, tendo alcançado o equivalente a

36,10%.

Em contraposição a acusação, Francisco Leitão interpôs recurso junto ao Tribunal de Justiça, alegando que o Ministério Público não tem legitimidade para propor ação de ressarcimento ao erário e pedindo a anulação da decisão do juízo de 1º grau que concedeu liminar de indisponibilidade de seus bens.

O relator do processo, juiz Luiz Gonzaga Almeida Filho (substituto do 2º grau), confirmou a sentença de primeira instância e destacou ser dever do MP apurar a responsabilidade do gestor público faltoso "a fim de salvaguardar a ordem necessária para o bom desenvolvimento de Estado Democrático de Direito", justificou.

O magistrado ressaltou ainda que o órgão ministerial produziu provas suficientes para demonstrar indícios de ato de improbidade administrativa do ex-presidente da Câmara que justificam a indisponibilidade dos bens e a devolução aos cofres públicos. Os demais membros do órgão colegiado acompanharam o voto do relator.

## Ex-prefeito de Presidente Vargas é preso por roubo de cargas

O ex-prefeito de Presidente Vargas, Luis Gonzaga Coqueiro Júnior, o Gonzaga Júnior (foto), foi preso nesta quarta-feira (16), por policiais do Departamento de Combate ao Roubo de Cargas da Superintendência de Investigações Criminais, por compra de carga roubada. Ele teve a prisão preventiva decretada pela Justiça da cidade de São Mateus. **PÁGINA 3**



➔ DE PRESIDENTE VARGAS

# Ex-prefeito é preso sob suspeita de integrar quadrilha de roubo de cargas

Policiais que integram a operação 'Secos e Molhados', executada pela Superintendência Especial de Investigação Criminal (Seic), por meio do Departamento de Roubos e Cargas (DRC), prenderam o ex-prefeito do município de Presidente Vargas, Luiz Gonzaga Coqueiro Júnior. Ele foi detido, na tarde de ontem (16), no povoado Leite, município de Itapecuru Mirim, por força de mandado de prisão emitido pela comarca de São Mateus.

A localidade foi alvo de assalto a cargas do qual, segundo a polícia, ele teria participado. O ex-prefeito é suspeito de fazer parte de uma quadrilha especializada em roubo de cargas que atuava no município e áreas adjacentes. "Vamos prosseguir as investigações no sentido de identificar e prender os demais envolvidos com esta associação criminosa", afirmou o delegado Luís Rogério Reis que participa da operação.

O ex-prefeito Luiz Gonzaga vinha sendo procurado por ser suspeito de participar de assalto a veículos de cargas na BR 135, nas imediações do município de São Mateus. O assalto foi em junho e, na ocasião, a polícia conseguiu prender Alysson Frazão, Naidson Sousa Silva e Roberto



Ex-prefeito de Presidente Vargas, Luiz Gonzaga Coqueiro Júnior

Alves de Oliveira, esse último do município de Cantanhede.

Para a polícia, os suspeitos presos seriam integrantes da quadrilha liderada pelo ex-prefeito. As investigações apontam que eles agiam nos municípios de Itapecuru-Mirim, São Mateus e Vitória do Mearim. O alvo eram principalmente cargas completas de combustíveis, além de cigarros e os chamados 'secos e molhados' (miudezas, alimentos etc.) que nomearam a operação.

As investigações apontam que Luiz Gonzaga seria um dos líderes da quadrilha. Outro homem é procurado pela polícia também suspeito de liderar o grupo.

Desde o início da operação, diminuíram os números de assaltos a cargas, carros tanques e a veículos similares, aponta o delegado. A operação 'Secos e Molhados', da Polícia Civil, foi deflagrada em junho deste ano, mas desde o mês de fevereiro vem atuando na identificação e prisão de membros da quadrilha que pratica o roubo a cargas na região de Itapecuru Mirim.

O delegado Rogério Reis destacou que vários são os inquéritos instaurados para apurar os delitos e também, mandados de prisão e de busca e apreensão expedidos e cumpridos pela operação.

1º SEMESTRE DE 2015

# Carreta da Mulher fez mais de seis mil atendimentos



A Carreta da Mulher tem toda a estrutura para prestar atendimentos de saúde, jurídico e social

Com o objetivo de levar as políticas públicas para todas as maranhenses, o Governo do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado da Mulher (Semu), reativou o Programa Carreta da Mulher no início deste ano. De março a junho, o programa realizou 6.546 atendimentos a mulheres de todas as idades em 13 municípios maranhenses.

A Carreta possui uma estrutura completa para prestar atendimento às mulheres maranhenses nas áreas da saúde, jurídica e social, seguindo a Política de Enfrentamento à violência contra as Mulheres, orientada pelo Plano Nacional.

Nesse primeiro semestre a Carreta percorreu 13 municípios (São Luís; Maracá-cumé; Junco do Maranhão; Centro Novo do Maranhão; Governador Nunes Freire; Alcântara; São João do Sóter; Aldeias Altas; Balsas; Rosário; Santa Rita; Anajatuba; Campestre do Maranhão e Porto Franco). Em São Luís, a Carreta já esteve três vezes em momentos diferentes, no bairro Anjo da Guarda, na Cidade Operária e participou da Ação Global.

O serviço prestado pela

Carreta da Mulher Maranhense agrega ações que visam o enfrentamento da violência contra as mulheres por meio da garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha; da ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência; da garantia da segurança cidadã e acesso à Justiça; garantia dos direitos sexuais e reprodutivos; enfrentamento da exploração sexual e ao tráfico de mulheres e a garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos.

As palestras e os seminários realizados dentro da Carreta tiram dúvidas e ensinam sobre a Lei Maria da Penha; Lei do Acompanhante; Enfrentamento à Violência. As técnicas da Semu abordam temas como gravidez na adolescência; políticas públicas para as mulheres; mulheres nos espaços de poder, em uma abordagem ampla sobre os direitos da mulher. Outro serviço procurado é o da Ouvidoria da Mulher (Ligue 180), para a Coordenadora da Ouvidoria da Semu, Leda Rego, as mulheres estão perdendo o medo de denunciar. "Temos que acabar com essa cultura

de medo, além do registro da denúncia, orientamos as mulheres como proceder com o marido, namorado, companheiro. O que não pode é se calar", afirmou Leda Rego.

## PARCERIAS

Os serviços oferecidos pela Carreta contam com a parceria das prefeituras que cedem profissionais para prestar atendimentos. "Aqui as mulheres se sentem mais a vontade em expor seus problemas, tirar suas dúvidas, elas sentem segurança em nosso trabalho e saem daqui com uma visão diferente da sua condição de mulher dentro da sociedade", disse a coordenadora da Carreta da Mulher, Teresa Gonçalves.

Além das palestras, seminários e da Ouvidoria, um dos carros chefe da Carreta são os serviços de saúde: teste rápido de HIV; Glicemia; Consultas com encaminhamentos; exame preventivo do câncer de colo do útero (papa Nicolau), aferição da pressão arterial; vacinas, entre outros. Para cumprir a extensa agenda de serviços, a Carreta da Mulher Maranhense passa

um dia e meio em cada município, os atendimentos acontecem das 8h às 17h.

Em alguns municípios o trabalho ocorre junto a Conferências Municipais das Mulheres. "Nas conferências discutimos as políticas públicas para as mulheres e, na Carreta, elas se deparam com uma parte dessas políticas transformadas em prática", afirmou a secretária de Estado da Mulher, Laurinda Pinto.

Até o final deste ano a agenda da Carreta está cheia. Entre as ações de destaque já no segundo semestre de 2015 está a participação na Semana do Encarcerado e no Projeto Todos Por São Luís, da Prefeitura Municipal da Capital.

## SAIBA ONDE A CARRETA VAI ESTAR

A Carreta esteve ontem (16) em Barreirinhas, onde fica até quinta. Os próximos municípios a receberem a ação no mês de setembro são: São Benedito do Rio Preto, nos dias 18 e 19; Belágua, nos dias 20 e 21; Alcântara, 22 e 23; Igarapé do Meio, 25 e 26; Zé Doca, 28 e 29; e Peri Mirim, nos dias 30 de setembro e 1º de outubro.

## SEGURANÇA PÚBLICA

# PM e UEMA promovem segunda edição de Seminário

A Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias (APMGD) e a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) promoveram, ontem (16), o II Seminário de Segurança Pública do Curso de Formação de Oficiais (CFO). A abertura do seminário ocorreu no auditório da Associação Comercial do Maranhão, localizada na Praça Benedito Leite, nº 264, Centro, em São Luis.

Esta edição o seminário traz como tema:

“Segurança em foco: uma questão para além de polícia”. O seminário tem como objetivo discutir, de acordo com as teorias científicas, a problemática da segurança pública no âmbito nacional e local a fim de apontar possibilidades para a otimização do trabalho policial.

A palestra de abertura com o tema “A crise do Estado e a Segurança Pública” será ministrada pela professora doutora da Universidade Federal Fluminense, Jacqueline de Oliveira Muniz. Além deste, outras te-

máticas como “Direitos Humanos na Polícia”; “Estado, políticas de segurança pública e cidadania”; “Violência, mídia e empoderamento” também serão debatidos em palestras e mesas redondas do Seminário até a sexta, 18. Participam ainda membros do Ministério Público, Tribunal de Justiça e OAB – Seccional Maranhão.

“Visando compreender a problemática em pauta no evento, os debates acerca do serviço prestado pela polícia militar com a filosofia de

policimento comunitário em parceria com a sociedade civil irá apontar para possíveis práticas para o enfrentamento do crime e da violência. O seminário visa ainda refletir a relação entre a polícia e outras esferas sociais, de modo que se perceba a importância da atuação da sociedade em geral na segurança pública”, disse o coronel Antônio Roberto dos Santos Silva, diretor de Ensino da Polícia Militar.

---

## Selos comemorativos

Já está no Maranhão um lote de selos comemorativos do programa “Redescobrimos os Juizados Especiais – 20 anos (1995-2015)”, lançado pela Corregedoria Nacional de Justiça no início deste mês.

Pelo menos cem selos foram enviados pela corregedora nacional, ministra Nancy Andrighi, à desembargadora presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Cleonice Freire, e poderão ser aplicados nas correspondências endereçadas para pessoas físicas e jurídicas em qualquer lugar do Brasil ou do exterior, em colaboração à campanha de divulgação do programa.

O lançamento do selo e do carimbo postal deu início às comemorações do aniversário da Lei 9.099/1995, que instituiu os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no Brasil. Ao longo do mês de setembro, a Corregedoria também promoverá mutirões de instrução criminal e julgamentos nas varas de juizados especiais e federais de todo o Brasil.

## RÁPIDAS

### Correição se estenderá até o dia 23 deste mês

**MAGALHÃES DE ALMEIDA**

A Comarca de Magalhães de Almeida iniciou ontem, na sala de audiências do fórum da unidade, Correição e Inspeção Extraordinárias relativas a este ano. O encerramento da ação está previsto para o próximo dia 23, às 17h. A portaria assinada pela juíza Muyrelle Tavares Leite Gonçalves, titular da comarca.

ESTADO  
MAIOR

Flávio Dino comemora  
decisão judicial contrária  
ao povo. **POLÍTICA 3**

# Comemorações

... **E** mais uma vez o governo Flávio Dino comemora uma decisão judicial favorável a si e desfavorável a uma larga parcela da população. Depois de festejar as sentenças que apontaram a ilegalidade da greve dos policiais civis e a retirada de 21,7% dos vencimentos de servidores do Judiciário, a gestão estadual festeja agora a manutenção do fim do corte de recursos para o Hospital de Bernardo do Mearim.

A unidade de 20 leitos teve de fechar as portas desde a interrupção, no início do ano, do repasse estadual de R\$ 100 mil mensais necessários para o seu funcionamento. A suspensão dos recursos provocou não apenas revolta na população de Bernardo do Mearim, mas também causou a superlotação no hospital da vizinha cidade de Trizidela do Vale - conforme denunciou o prefeito daquele município, Fred Maia, durante reunião de gestores municipais com o vice-governador, Carlos Brandão, em Brasília.

O Ministério Público constatou a gravidade da situação e decidiu ajuizar ação para obrigar o Governo do Estado a retomar o repasse e, assim, viabilizar a reabertura do hospital.

Mas, como reconhecer erros não é o forte da gestão comunista, o governo partiu para o embate judicial. Foram duas decisões contrárias e uma a favor do Estado. Em primeira instância, a Justiça determinou a retomada imediata do envio do recurso a Bernardo do Mearim. No dia 20 de agosto, a presidente do TJ, Cleonice Freire, rejeitou pedido de suspensão de tutela antecipada, mantendo a obrigatoriedade do repasse. Por fim, a Procuradoria Geral do Estado ingressou com um agravo de instrumento e conseguiu, no dia 27 do mês passado, a suspensão da decisão em primeiro grau.

Sem repasse e sem hospital, festa nos Leões. E tristeza para os habitantes de Bernardo do Mearim e Trizidela do Vale.

**Mas como reconhecer erros não é o forte da gestão comunista, o governo partiu para o embate**

## Ministério Público dá parecer contra cassação de senador

Procurador admite irregularidades, mas não interferência na eleição

GILBERTO LÉDA  
Da editoria de Política

O procurador regional eleitoral no Maranhão Thiago Ferreira de Oliveira emitiu parecer pela improcedência de ação proposta pelo PMDB contra o senador Roberto Rocha (PSB). O partido apontou pelo menos 15 supostas irregularidades na prestação de contas de campanha do socialista e pede à Justiça Eleitoral a cassação do seu diploma e dos suplentes Pinto Itamaraty (PSDB) e Paulo Matos (PPS). O relator da matéria é o desembargador Lourival Serejo.

Em seu parecer, o representante do Ministério Público Eleitoral (MPE) até admitiu a existência de algumas

nação de campanha a extração de vários recibos do Sistema de Requisição de Recibos Eleitorais (SRE) e sua posterior distribuição a correligionários, espalhados em todo o estado [...], os quais foram preenchendo os recibos à medida que as receitas iam sendo arrecadadas”, ressaltou Oliveira, para quem é crível que a descentralização do preenchimento dos recibos tenha levado à desordem cronológica.

### Combustível

Outra denúncia versa sobre a suposta doação de recursos que não constituem o serviço ou a atividade econômica do doador. Nesse caso, o PMDB apontou doações de combustíveis feitas pela LN Incorporações, no valor de R\$ 6 mil, e pelo Mercadinho Carone, que doou 1.724 litros de gasolina

“A origem e a quantidade dos recursos estimados foram devidamente declaradas”, contestou o representante ministerial.

Sobre divergências entre os valores apresentados em notas fiscais e aqueles efetivamente lançados como



Roberto Rocha teve o apoio do Ministério Público Eleitoral em ação

despesas, o procurador voltou a acatar as justificativas da defesa. “Todas as notas fiscais [...] dizem respeito a compras ou doações recebidas pelo Comitê Financeiro do PCdoB do Maranhão para o cargo de governador, o que repassou parte dos bens [...] aos representados. Estes, por outro lado, contabilizaram no recibo eleitoral não o valor total da nota fiscal, mas apenas a fração que receberam do Comitê do PCdoB”, destacou.

Ele citou o caso do registro de uma despesa de R\$ 3 mil com panfletos, quando a nota fiscal apontava R\$ 100 mil. “Fica claro que o Comitê do PCdoB adquiriu R\$ 100 mil em impressos de campanha e, desse total, doou R\$ 3 mil para os representados”, completou.

## MP admite irregularidade em doação de R\$ 30 mil

Apesar de opinar pela improcedência da ação, o procurador regional eleitoral no Maranhão Thiago Ferreira de Oliveira admite que há irregularidade em uma doação de R\$ 30 mil recebida pela campanha do senador Roberto Rocha (PSB).

O recurso foi doado, segundo a prestação de contas do socialista, pela empresa AM da S Pacheco, que está inativa desde 2013.

“Ora, se a empresa não estava em funcionamento desde 2013, como aceitar que o dinheiro tenha decorrido de sua atividade? A origem do dinheiro, portanto, resta indefinida”, questionou.

A defesa do senador alegou que houve erro e, que, na verdade, a verba teria sido doada pelo proprietário da empresa, como pessoa física. Mas não se anexou aos autos nenhuma declaração do empresário admitindo à sua conta a doação.

Mesmo com a irregularidade comprovada, o procurador alegou que o “valor afigura-se diminuto perto da receita total de campanha arrecadada pelos representados, que foi de R\$ 3.542.704,49” e que, portanto, não houve “lesão material ao bem jurídico tutelado”. ●

## Há despesa de R\$ 3 mil com nota de R\$ 100 mil

irregularidades formais nas contas de campanha do senador, mas avaliou que elas não tiveram poder de interferir no processo eleitoral, nem se configuraram como formação de “caixa dois”.

“No caso, a ação deve ser julgada improcedente, pois, de um lado, os eventos narrados na inicial sequer constituíram irregularidade na arrecadação e nos gastos de campanha, ou, de outro, embora presente a irregularidade, à luz do princípio da proporcionalidade, não tiveram o condão de afetar o bem jurídico tutelado pela norma”, destacou.

Uma das acusações do PMD diz respeito à apresentação de recibos eleitorais em ordem cronológica irregular. Segundo a defesa de Roberto Rocha, o problema ocorreu porque houve descentralização da captação de receitas. O argumento foi acatado pelo procurador.

“Fizera-se necessária à coordenação

### NÚMEROS

**R\$ 180**

é o valor de uma das doações contestadas pelo PMDB

**R\$ 30**

mil é o valor de uma doação de origem não identificada

**R\$ 3,5**

milhões foram gastos na campanha do senador Roberto Rocha

### DOAÇÕES

#### Veículos usados sem comprovação

O PMDB apontou supostas irregularidades, ainda, em doações de veículos, hospedagem e até em uma doação de R\$ 180,00 feita à campanha do senador Roberto Rocha. Todas as denúncias foram contestadas pela defesa do senador, tese encampada também pelo procurador eleitoral, que não viu condão de influência das contas no processo de eleição de Rocha, embora reconheça os erros.

# Ouvidoria do Judiciário faz a 4ª audiência pública

Representantes de comunidades de 16 municípios vão levar para o encontro reivindicações que possam contribuir com o aperfeiçoamento dos serviços

## IMPERATRIZ

**A** Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão promove hoje, em Imperatriz, audiência pública, no auditório da Associação Comercial e Industrial. O ouvidor-geral, desembargador Paulo Velten, receberá manifestações da comunidade que possam contribuir com o aperfeiçoamento dos serviços judiciais.

O evento envolverá autoridades, estudantes, professores, representantes da sociedade civil organizada, membros de instituições públicas e comunidade em geral das comarcas do Polo Judicial de Imperatriz, do qual fazem parte 16 municípios.

As manifestações apresentadas serão encaminhadas aos setores competentes no âmbito do Poder Judiciário. As dúvidas da comunidade sobre questões ligadas à Justiça Estadual serão esclarecidas em tempo hábil – até 20 dias úteis.

A Ouvidoria é o órgão do Judiciário criado para receber reclamações, denúncias, dúvidas e buscar uma maior aproximação entre a população e a Justiça estadual.

"As atuais ouvidorias judiciárias devem funcionar como órgãos de representação da população perante o Judiciário e têm a função histórica de receber e encaminhar reclamações, críticas e sugestões visando ao aperfeiçoamento do Poder Judiciário", avalia o desembargador Paulo Velten, ouvidor-geral do Poder Judiciário.

## MAIS

### Municípios participantes

Açailândia  
Alto Parnaíba  
Amarante  
Arame  
Balsas  
Buriticupu  
Carolina  
Estreito  
Grajaú  
Itinga  
João Lisboa  
Montes Altos  
Porto Franco  
Riachão  
Senador La Rocque  
Tasso Fragoso

A audiência será a quarta promovida pela Ouvidoria este ano, e está entre as ações planejadas pelo setor, para promover maior aproximação entre o Poder Judiciário e a sociedade. A primeira aconteceu em Chapadinha, no mês de março; a segunda, em maio, no Polo Judicial de Pinheiro; e a terceira em julho, na Comarca de São João dos Patos.

### Projeto

Para o desembargador, a Ouvidoria



O ouvidor-geral, desembargador Paulo Velten, participará da audiência

ria está se consolidando como canal de comunicação direto entre o cidadão e a Justiça estadual, orientando e fornecendo informações acerca dos serviços prestados pelas unidades do Poder Judiciário.

### A Ouvidoria é um canal de comunicação

A Ouvidoria do TJMA fechou o ano de 2014 com 4.155 atendimentos em todo o estado. O número re-

presenta um crescimento de 33,5% em comparação ao mesmo período do ano passado, quando o órgão registrou 3.113 manifestações de usuários. De acordo com relatório das atividades, cerca de 90% das demandas foram respondidas.

Além das audiências, a Ouvidoria do Judiciário pode ser acionada pelo telefone 0800 707 1581 (Telejudiciário), por formulário eletrônico disponível no site [www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br), e-mail ([ouvidoria@tjma.jus.br](mailto:ouvidoria@tjma.jus.br)), "Fale Conosco" da Corregedoria e da Presidência, ou presencialmente, no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís. ●

Corte salarial

# Rubens Júnior diz que cabe à Justiça decidir pelos 21,7%

Deputado federal pelo PCdoB foi  
pressionado por servidores **POLÍTICA 3**

## Pressionado por servidores, deputado que defendia os 21,7% tenta se explicar

Rubens Júnior afirmou que mantém o mesmo posicionamento de 2013, mas alegou que cabe somente à Justiça decidir pelo corte ou não nos salários

RONALDO ROCHA  
Da editoria de Política

**P**ressionado pelos servidores do Poder Judiciário do Maranhão por ter se mantido em silêncio até então, o deputado federal Rubens Pereira Júnior (PCdoB) foi obrigado a dar uma satisfação pública a respeito de seu posicionamento sobre o corte salarial da ordem de 21,7% nos vencimentos dos servidores.

Isso porque em 2013, período em que ele exercia o mandato de deputado estadual de oposição, chegou a utilizar a tribuna da Assembleia Legislativa para manifestar o seu apoio à incorporação salarial, de 30% para a categoria.

Naquela oportunidade, o posicionamento do parlamentar ocupou destaque no Portal Vermelho, site que divulga as ações de membros do PCdoB e foi bem recebido pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário (Sindjus) do Maranhão.

"Queremos que o TJ dê a interpretação de acordo com a Constituição para garantir aos servidores o que lhes é assegurado por direito", disse, em 2013.

### Deputado diz que politizar o assunto é errado

Apesar de ter se manifestado sobre o assunto há dois anos, o parlamentar acabou optando pelo silêncio, após o Tribunal de Justiça ter dado provimento a ação rescisória do Governo do Estado que resultou no corte de 21,7% dos salários dos servidores.

Foi o que motivou uma série de manifestações de servidores contra o parlamentar. Na página do Facebook de Aníbal Lins, presidente do sindicato, foram inúmeras as manifestações, após ele ter postado texto do Portal Vermelho de maio de 2013. Os servidores questionaram o silêncio do parlamentar, que pertence à base aliada do governador Flávio Dino (PCdoB).



Ferrenho defensor do reajuste no Judiciário, Pereira Júnior, agora, joga responsabilidade para a Justiça

#### Reação

Após as manifestações, o parlamentar resolveu manifestar-se em seu perfil, também em rede social.

Ele assegurou que mantém o mesmo posicionamento de 2013, mas alegou que cabe à Justiça definir sobre a manutenção ou o corte do índice salarial.

"Sobre o reajuste dos servidores do Judiciário, mantenho o mesmo entendimento: olhe o que eu pensava aqui", diz, referindo-se a um texto que remonta a 2013.

Em outra postagem, ele tentou justificar o seu silêncio. "Eu era líder da oposição, mas nem por isso envolvia a governadora da época. Politizar o assunto é errado", afirmou.

Na Assembleia Legislativa, apenas o deputado Wellington do Curso (PPS), da base do governo, se solidarizou aos servidores públicos. Além do popular socialista, os deputados opositoristas Andrea Murad (PMDB), Edilázio Júnior (PV), Adriano Sarney (PV) e Sousa Neto (PTN) defenderam a categoria.

“Decisão judicial você cumpre ou recorre”

RUBENS PEREIRA JÚNIOR  
Deputado federal pelo PCdoB



Membros do Sindjus com representantes da oposição; faltam os de 2013

## Sindjus é recebido pela oposição na Assembleia

Na última terça-feira, a deputada Andrea Murad (PMDB) recebeu em seu gabinete, na Assembleia Legislativa, dirigentes do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário (Sindjus).

Os diretores do sindicato pediram a intensificação do apoio da parlamentar à categoria, que busca recomposição do índice de 21,7% retirado pelo Tribunal de Justiça.

No último fim de semana, a parlamentar já havia participado como convidada, de uma assembleia geral do sindicato, ao lado do deputado federal André Fufuca (PEN).

Andrea se colocou à disposição

dos servidores. "Independentemente da minha postura hoje como oposição, quero dizer que nós, deputados, fomos eleitos para defender os direitos do povo. Na oposição ou no governo, temos o dever de zelar pela conquista dos servidores do Judiciário e não aceitar que um benefício incorporado ao salário seja cortado. O governador poderia evitar isso, mas escolheu ir contra tudo o que havia dito durante a sua campanha, quando ainda dialogava com a categoria. Vou lutar junto da categoria para a manutenção de seus direitos", afirmou. ●

## COLABORAÇÃO

O Tribunal de Justiça do Maranhão recebeu do Conselho Nacional de Justiça, para divulgação, um lote de selos comemorativos do programa "Redescobrimos os Juizados Especiais - 20 anos (1995-2015)", lançada pela Corregedoria Nacional de Justiça, em 1º de setembro deste ano.

## SELOS

Cerca de cem selos foram enviados pela corregedora nacional, ministra Nancy Andrichi, à desembargadora presidente, Cleonice Freire, e podem ser aplicados nas correspondências endereçadas para pessoas físicas e jurídicas em qualquer lugar do Brasil ou do exterior, em colaboração à campanha de divulgação do programa.

## LANÇAMENTO

O lançamento do selo e do carimbo postal deu início às comemorações do aniversário da Lei 9.099/1995, que instituiu os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no Brasil. Ao longo do mês de setembro, a Corregedoria também irá promover mutirões de instrução criminal e julgamentos nas varas de juizados especiais e federais de todo o país.

## • Habeas corpus negado

Os desembargadores da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) negaram habeas corpus, em sessão na última segunda-feira (14), a um acusado de traficar 26 quilos de substância com características semelhantes ao crack. O acusado foi preso em flagrante no dia 12 de junho deste ano, na praça do Viva no bairro do Vinhais, autuado por tráfico de drogas e associação ao tráfico, juntamente com oito pessoas suspeitas de formar associação criminosa para comercializar e distribuir os 26 quilos da substância entorpecente.

## CURURUPU

# MP exige pagamento dos servidores

O Ministério Público do Maranhão ajuizou, na última terça-feira, Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer em que requer da Justiça ordem para bloquear as contas do município de Cururupu, a fim de assegurar o pagamento dos salários dos servidores referentes ao mês de agosto, que estão atrasados.

Para garantir a efetividade da medida, a Promotoria de Justiça de Cururupu solicitou também que seja determinado à Secretaria Municipal de Administração o envio da folha

de pagamento de agosto dos servidores concursados à agência do Banco do Brasil no município, no prazo de 48 horas.

Autor da ação, o promotor de Justiça Francisco de Assis Silva Filho requereu, ainda, que a Justiça autorize, em caráter liminar, a agência bancária a realizar o pagamento, conforme as descrições das folhas, debitando dos saldos das contas bloqueadas no percentual de 60%.

Segundo o membro do MPMA, os servidores municipais efetivos procuraram a Promoto-



**Os municípios recebem regularmente as cotas relativas ao Fundeb, FPM e SUS, entre outras receitas, evidenciando que o atraso na entrega dos salários decorre, simplesmente, da vontade do gestor público**

**Francisco de Assis, promotor de Justiça**

ria de Cururupu para informar sobre o atraso nos vencimentos do mês de agosto. Acrescen-

taram que os funcionários da saúde já vêm sofrendo com os atrasos há mais tempo.

■ Dando continuidade ao programa de formação continuada, a Esmam oferece à magistratura maranhense o curso 'Ações de Família e Alimentos', que será realizado nos dias 17 e 18 deste mês. A capacitação abordará o procedimento das ações de família no novo Código de Processo Civil, além das ideias aceitas e encampadas sob a vigência do diploma processual de 1973. O Mestre em Direito Processual Civil pela Universidade Federal do Espírito Santo, o juiz da 1ª Vara da Família de Linhares/ES, Rafael Calmon Rangel, será o responsável por ministrar o curso.

# Judiciário promove hoje audiência pública em Imperatriz

A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão realiza audiência pública, nesta quinta-feira (17), em Imperatriz, no auditório da Associação Comercial. Na ocasião, o ouvidor-geral, desembargador Paulo Velten, receberá manifestações da comunidade que possam contribuir para o aperfeiçoamento dos serviços judiciais.

O evento envolverá autoridades, estudantes, professores, representantes da sociedade civil organizada, membros de instituições públicas e comunidade em geral das comarcas do polo judicial de Imperatriz, do qual fazem parte Açailândia, Alto Parnaíba,

Amarante, Arame, Balsas, Buriticupu, Carolina, Estreito, Grajaú, Itinga, João Lisboa, Montes Altos, Porto Franco, Riachão, Senador La Roque e Tasso Fragoso.

As manifestações apresentadas serão encaminhadas aos setores competentes no âmbito do Poder Judiciário. As dúvidas da comunidade sobre questões ligadas à Justiça Estadual serão esclarecidas em tempo hábil – até 20 dias úteis.

A Ouvidoria é o órgão do Judiciário criado para receber reclamações, denúncias, dúvidas e buscar uma maior aproximação entre a população e a Justiça estadual.

“As atuais ouvidorias judi-

ciárias devem funcionar como órgãos de representação da população perante o Judiciário e têm a função histórica de receber e encaminhar reclamações, críticas e sugestões visando ao aperfeiçoamento do Poder Judiciário”, avalia o desembargador Paulo Velten, ouvidor-geral do Poder Judiciário.

**O quê:** Audiência Pública, promovida pela Ouvidoria do TJMA

**Quando:** nesta quinta (17), às 18h

**Onde:** Auditório da Associação Comercial de Imperatriz

## Justiça concede liberdade provisória a universitário acusado de assalto

Foi colocado em liberdade provisória, na tarde dessa quarta-feira (16), o universitário Pedro Alex Ferreira Almeida (19), preso no último sábado (12) acusado de assaltos em Imperatriz. Ele vai responder ao processo em liberdade.

Pedro Alex, que cursa o sexto período de Direito em uma universidade particular da cidade, foi preso por policiais militares no bairro Santa Inês, em um Gol preto.

O juiz titular da 4ª Vara Criminal, Weliton Sousa Carvalho, em sua decisão, achou que Pedro Alex não oferecia perigo à sociedade, tem endereço fixo, além de ser primário, tendo em vista que foi preso pela primeira vez.

Mas o comparsa de Pedro Alex, Jonas Cavalcanti, 18 anos, continua preso.

Outro que foi colocado em liberdade provisória, por determinação da Justiça, foi o representante comercial Zaqueu Matos. Ele foi flagrado pela Polícia Militar em um motel da cidade com uma garota de 15 anos. A adolescente informou ao delegado de plantão na ocasião, Josenildo José Ferreira, que conheceu Zaqueu por meio de uma rede social, o Facebook, quando tinha 13 anos.

Segundo o delegado, depois de encontros com a garota, Zaqueu estava ameaçando a adolescente de morte. Foram encontradas no celular do suspeito fotografias da menor nua.

Divulgação/Notícias da Foto



**Pedro Alex foi colocado em liberdade no fim da tarde de ontem**

Isso foi o que realmente pegou contra ele e que levou o delegado Josenildo a autuá-lo em flagrante tendo como base o artigo 240, da Lei 8.069 de 13 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e Adolescente – ECA).

Zaqueu vai ficar respondendo em liberdade, também por determinação do juiz Weliton de Sousa Carvalho.

# EX-PREFEITO É PRESO

*Ex-prefeito de Presidente Vargas é preso sob suspeita de integrar quadrilha de roubo de cargas*



Policias que integram a operação 'Secos e Molhados', executada pela Superintendência Especial de Investigação Criminal (Seic), por meio do Departamento de Roubos e Cargas (DRC), prenderam o ex-prefeito do município de Presidente Vargas, Luiz Gonzaga Coqueiro Júnior. Ele foi detido, na tarde desta quarta-feira (16), no povoado Leite, município de Itapecuru Mirim, por força de mandado de prisão emitido pela comarca de São Mateus. **Página 3**

Presidente Vargas

# Ex-prefeito é preso sob suspeita de integrar quadrilha de roubo de cargas



Policías que integram a operação 'Secos e Molhados', executada pela Superintendência Especial de Investigação Criminal (Seic), por meio do Departamento de Roubos e Cargas (DRC), prenderam o ex-prefeito do município de Presidente Vargas, Luiz Gonzaga Coqueiro Júnior. Ele foi detido, na tarde des-

ta quarta-feira (16), no povoado Leite, município de Itapecuru Mirim, por força de mandado de prisão emitido pela comarca de São Mateus.

A localidade foi alvo de assalto a cargas do qual, segundo a polícia, ele teria participado. O ex-prefeito é suspeito de fazer parte de uma quadrilha especializa-

da em roubo de cargas que atuava no município e áreas adjacentes. "Vamos prosseguir as investigações no sentido de identificar e prender os demais envolvidos com esta associação criminosa", afirmou o delegado Luís Rogério Reis que participa da operação.

O ex-prefeito Luiz Gonzaga vinha sendo procurado por ser suspeito de participar de assalto a veículos de cargas na BR 135, nas imediações do município de São Mateus. O assalto foi em junho e, na ocasião, a polícia conseguiu prender Alysson Frazão, Naidson Sousa Silva e Roberto Alves de Oliveira, esse último do município de Cantanhede.

Para a polícia, os suspeitos presos seriam integrantes da quadrilha liderada pelo ex-prefeito. As investigações apontam que eles agiam nos municípios de Itapecuru-Mirim, São Mateus e Vitória do Meirim. O alvo eram principalmente cargas completas

de combustíveis, além de cigarros e os chamados 'secos e molhados' (miudezas, alimentos etc.) que nomearam a operação.

As investigações apontam que Luiz Gonzaga seria um dos líderes da quadrilha. Outro homem é procurado pela polícia também suspeito de liderar o grupo.

Desde o início da operação, diminuíram os números de assaltos a cargas, carros tanques e a veículos similares, aponta o delegado. A operação 'Secos e Molhados', da Polícia Civil, foi deflagrada em junho deste ano, mas desde o mês de fevereiro vem atuando na identificação e prisão de membros da quadrilha que pratica o roubo a cargas na região de Itapecuru Mirim.

O delegado Rogério Reis destacou que vários são os inquéritos instaurados para apurar os delitos e também, mandados de prisão e de busca e apreensão expedidos e cumpridos pela operação.

## Carreta da Mulher fez mais de seis mil atendimentos no primeiro semestre de 2015

Com o objetivo de levar as políticas públicas para todas as maranhenses, o Governo do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado da Mulher (Semu), reativou o Programa Carreta da Mulher no início deste ano. De março a junho, o programa realizou 6.546 atendimentos a mulheres de todas as idades em 13 municípios maranhenses.

A Carreta possuiu uma estrutura completa para prestar atendimento às mulheres maranhenses nas áreas da saúde, jurídica e social, seguindo a Política de Enfrentamento à violên-

cia contra as Mulheres, orientada pelo Plano Nacional.

Nesse primeiro semestre a Carreta percorreu 13 municípios (São Luís; Maracá; Junco do Maranhão; Centro Novo do Maranhão; Governador Nunes Freire; Alcântara; São João do Sóter; Aldeias Altas; Balsas; Rosário; Santa Rita; Anajatuba; Campestre do Maranhão e Porto Franco). Em São Luís, a Carreta já esteve três vezes em momentos diferentes, no bairro Anjo da Guarda, na Cidade Operária e participou da Ação Global.

O serviço prestado pela

Carreta da Mulher Maranhense agrega ações que visam o enfrentamento da violência contra as mulheres por meio da garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha; da ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência; da garantia da segurança cidadã e acesso à Justiça; garantia dos direitos sexuais e reprodutivos; enfrentamento da exploração sexual e ao tráfico de mulheres e a garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos.

**TRIZIDELA DO VALE**

# Justiça determina que Município estruture o Conselho Tutelar

Sentença assinada pelo juiz Marco Adriano Ramos Fonsêca, titular da 1ª Vara da comarca de Pedreiras, determina que o Município de Trizidela do Vale (termo judiciário) providencie a reforma ou a mudança definitiva da sede do Conselho Tutelar do Município para outro local devidamente adaptado e adequado ao funcionamento do órgão, inclusive com sala reservada adequada para a entrevista com crianças e adolescentes. O prazo para o cumprimento da determinação é de 90 dias.

Em igual prazo, o Município deve ainda providenciar a aquisição do respectivo mobiliário e equipamento permanente necessário ao pleno funcionamento do

Conselho, aí compreendidos material de escritório, equipamentos de informática, ar-condicionado, dentre outros. O devido suprimento de material de expediente também deve ser providenciado no prazo de 10 dias. Já no prazo de 15 dias, o Município deve dotar o Conselho de veículo (próprio ou alugado) e motorista para ficar à disposição dos trabalhos realizados pelo órgão, bem como de servidor público ocupante do cargo de auxiliar de serviços gerais.

Em caso de descumprimento de qualquer uma das determinações constantes da sentença a multa diária é de R\$ 1 mil. O bloqueio de recursos do Município, medida necessária para o cumpri-

mento efetivo das determinações também consta da decisão.

**CONDIÇÕES INADEQUADAS**  
- A sentença do magistrado atende à Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer com Pedido de Tutela Antecipada interposta pelo Ministério Público Estadual em desfavor do Município de Trizidela do Vale.

Segundo a ação, vistoria realizada pela Promotoria de Justiça à sede do Conselho Tutelar constatou que o mesmo está funcionando em condições inadequadas, impróprias, considerando-se a precariedade do imóvel onde se acha sediado, bem como a falta de equipamentos e de mobiliário, e de pessoal de apoios, fornecimento insatisfatório de material de expediente e consumo.

“Restando comprovada a verossimilhança da alegação e demonstrada a possibilidade de dano irreparável e de difícil reparação diante da continuidade da omissão municipal, e tendo em vista que absolutamente nada poderá justificar a insistente omissão do requerido ao longo de 24 anos de vigência do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), concedo a antecipação da tutela”, diz o juiz Marco Adriano na sentença. *(Ascom TJMA)*

## Seletivo para assessor de juiz em Olinda Nova

Estão abertas até as 18h do próximo dia 30 de setembro as inscrições para o seletivo de assessor de juiz na Comarca de Olinda Nova do Maranhão, situada na Região da Baixada e distante 253 Km de São Luís. A inscrição é gratuita e deve ser realizada exclusivamente pelo email: [vara1\\_oln@tjma.jus.br](mailto:vara1_oln@tjma.jus.br), com o envio das cópias do diploma de conclusão do curso de Direito ou certidão de conclusão emitida pela instituição de ensino superior; do currículo pesso-

al; da carteira de identidade; e do CPF. Os inscritos devem ter formação em Direito. As regras sobre a realização das provas, atendimento diferenciado em virtude de deficiência física, devem ser consultadas no edital do certame. O resultado será divulgado na data provável de 13 de outubro de 2015, na página eletrônica da Corregedoria-Geral da Justiça (<http://www.tjma.jus.br/cgj>). Outras informações podem ser obtidas pelos telefones (98) 3359-2026.

## Vaga para assessor

Estão abertas até as 18h do próximo dia 30 de setembro as inscrições para o seletivo de assessor de juiz na Comarca de Olinda Nova do Maranhão, situada na Região da Baixada e distante 253 Km de São Luís. A inscrição é gratuita e deve ser realizada exclusivamente pelo email [vara1\\_oln@tjma.jus.br](mailto:vara1_oln@tjma.jus.br), com o envio das cópias do diploma de conclusão do curso de Direito ou certidão de conclusão emitida pela instituição de ensino superior; do currículo pessoal; da carteira de identidade; e do CPF. Os inscritos devem ter formação em Direito. A jornada de trabalho é de 40 horas semanais e o vencimento básico é de R\$ 4.618,18 (quatro mil, seiscentos e dezoito reais e dezoito centavos) mais benefícios, como vale transporte e auxílios saúde e alimentação.

Outras informações podem ser obtidas pelos telefones (98) 3359-2026.

Ex-prefeito  
Magno  
Bacelar é  
condenado por  
improbidade

PÁGINA 6 [C1]

## Justiça condena ex-presidente de Câmara de Vereadores

Francisco Leitão, ex-presidente da Câmara de Vereadores do município de Gonçalves Dias, foi condenado por improbidade administrativa pela 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que manteve sentença da Comarca de Dom Pedro.

A ação civil pública foi proposta pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA). O ex-presidente da Câmara teve decretada a indisponibilidade dos seus bens até a quantia de R\$ 32 mil. Francisco Leitão teria prestado contas de forma irregular ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), referente ao exercício do ano de 2008.

De acordo com a ação do MPMA, houve divergência entre o saldo financeiro declarado pelo ex-gestor e o apurado pelo TCE. Também foram constatadas despesas indevidas com combustível, tarifas bancárias e alimentação, além do descumprimento dos limites constitucionais quanto ao subsídio de vereador que deveria limitar-se a 30% do subsídio de deputado estadual, tendo alcançado o equivalente a 36,10%.

Francisco Leitão interpôs recurso junto ao Tribunal de Justiça, alegando que o MPMA não tem legitimidade para propor ação de ressarcimento ao erário e pedindo a anulação da decisão do juízo de 1º Grau que concedeu liminar de indisponibilidade de seus bens.



O relator do processo, juiz Luiz Gonzaga Almeida Filho (substituto do 2º Grau-foto), confirmou a sentença de primeira instância e destacou ser dever do MP apurar a responsabilidade do gestor público faltoso “a fim de salvaguardar a ordem necessária para o bom desenvolvimento de Estado Democrático de Direito”.

O magistrado ressaltou ainda que o órgão ministerial produziu provas suficientes para demonstrar indícios de ato de improbidade administrativa do ex-presidente da Câmara que justificam a indisponibilidade dos bens e a devolução aos cofres públicos. Os demais membros do órgão colegiado acompanharam o voto do relator.

# Órgão Especial do TJMA aprova promoção e remoção de juízes

DIVULGAÇÃO



O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovou, em sessão plenária administrativa, ontem (16), a promoção dos juízes Gisa Fernanda Nery Mendonça Benício (Comarca de Sucupira do Norte) e Jorge Antonio Sales Leite (Comarca de Buriti), para as comarcas de Estreito (1ª Vara) e Bacabal (3ª Vara), pelos critérios de antiguidade e merecimento, respectivamente.

O juiz Fernando Jorge Pereira, titular da 2ª Vara da Comarca de Grajaú, foi removido, pelo critério de merecimento, para a de Barreirinhas, de entrância intermediária.

**PERMUTA** – O Órgão Espe-

cial aprovou, na mesma sessão, permuta dos juízes Ana Lucrécia Bezerra Sodré Reis (1ª Vara Cível) e Mário Márcio de Almeida Sousa (3ª Vara Criminal), ambos da Comarca de Imperatriz, de entrância intermediária.

Também permutaram os magistrados Anderson Sobral de Azevedo (1ª Vara da Comarca de Vargem Grande) e Paulo de Assis Ribeiro (2ª Vara da Comarca de Caxias), ambos de entrância intermediária; e os magistrados Marcos Antônio Oliveira (1º Juizado Especial Cível) e Joscelmo Sousa Gomes (2ª Vara Criminal), da Comarca de Imperatriz.

## EDITORIAL

# Um gasto monumental

**A**té mesmo em razão do fortalecimento da economia maranhense, o governo do Maranhão tem buscado todos os meios de fortalecer os servidores públicos do Estado. Mas o custo absurdo dos 21,7 % do reajuste dos servidores do Judiciário, um gasto monumental de R\$ 5 bilhões aos cofres do Estado, é injustificável, impensável e inviável para qualquer governo. Principalmente quando o país enfrenta uma das mais graves crises econômicas de sua história, com reflexos inevitáveis em cada uma das unidades da Federação.

Enquanto o Governo Federal suspende concursos e adia o reajuste dos funcionários de janeiro para agosto, o governo do Maranhão conseguiu, em poucos meses, injetar R\$ 450 milhões na folha de pagamento dos servidores estaduais. São benefícios que alcançam nada menos que 90 mil dos 110 mil funcionários públicos do Estado. Além do que foram convocados e nomeados mais de 1.000 servidores em instituições afins, como Detran, Caema e Polícia Civil. Sem contar que 1.300

policiais militares estão em treinamento, sendo que 440 devem assumir até dezembro e o restante até o mês de fevereiro de 2016.

Registrem-se, também, as contratações por meio de seletivo, especialmente para o Sistema Penitenciário e as contratações de mais mil professores para pelo menos amortecer o déficit herdado pelas escolas a partir do governo Roseana Sarney.

A ação rescisória contra o Sindjus partiu da ex-governadora e não do atual governo. O cerne desse debate, entretanto, não é sobre quem propôs ou deixou de propor a ação rescisória, mas saber quem permitiu que perdas salariais dos servidores do judiciário se acumulassem até essa monumental e impagável cifra de R\$ 5 bilhões.

Na verdade, Roseana se assustou com o que ela mesma deixou acontecer, recorreu à Justiça e o TJ, diante dessa cifra bilionária, agiu corretamente ao negar provimento à ação do Sindjus. Afinal, não precisa ser matemático para entender que o Estado não tem como suportar um aporte de R\$ 5

bilhões na folha de pagamento de uma única categoria funcional.

Ao incorporar os 21,7 % de reposição salarial dos servidores do judiciário do Maranhão, errou o Supremo Tribunal Federal ao não avaliar o insuportável impacto de R\$ 5 bilhões nas contas públicas de um estado pobre como o Maranhão.

Nada mais lamentável que ter que lidar com perdas salariais de servidores públicos ou de qualquer trabalhador, ainda mais quando um reajuste já está implantado no contracheque desse servidor, o que agrava a situação. Mas o governador Flávio Dino não pode ser responsabilizado pela ingerência administrativa que permitiu que as perdas dos serventuários da Justiça chegassem a tal ponto de ebulição. E é mais do que evidente que o Estado não tem como pagar essa conta. Se o fizer, terá que esquecer todos os demais setores da administração pública estadual. Para que ninguém saia prejudicado, é preciso que as duas partes encontrem outra solução. Se possível, fora da esfera judicial.